



Demonstrações Financeiras

**Preparadas de Acordo com as
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco
Central do Brasil**

Banco RCI Brasil S.A.

31 de dezembro de 2017

	Pág.
Índice das Demonstrações Financeiras:	
Relatório da Administração	1
Demonstrações Financeiras:	
Balanços Patrimoniais	4
Demonstrações dos Resultados	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
Demonstrações do Valor Adicionado	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	10
Anexo: Demonstrações dos Resultados Abrangentes	28
Relação dos Administradores	29
Relatório do Auditor Independente	30
Declarações:	
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	36
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	37

BANCO RCI BRASIL S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às demonstrações financeiras do Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

Eventos Societários

Na AGE realizada em 28 de dezembro de 2017, foi aprovada a proposta da Diretoria Executiva de distribuição de juros sobre o capital próprio do Banco RCI Brasil, no montante bruto de R\$36.000 (R\$84,78 para ações ordinárias e R\$93,25 para ações preferenciais, em reais por ação), que, após deduzido o valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte, na forma da legislação em vigor, importam o valor líquido de R\$30.600 (R\$72,06 para ações ordinárias e R\$79,27 para ações preferenciais, em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 20 de fevereiro de 2018.

Na AGE realizada em 14 de julho de 2017, foi aprovada a proposta da Diretoria Executiva de distribuição de juros sobre o capital próprio do Banco RCI Brasil, no montante bruto de R\$44.000 (R\$103,62 para ações ordinárias e R\$113,98 para ações preferenciais, em reais por ação), que, após deduzido o valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte, na forma da legislação em vigor, importam o valor líquido de R\$37.400 (R\$88,07 para ações ordinárias e R\$96,88 para ações preferenciais, em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 21 de julho de 2017.

Na AGE realizada em 14 de julho de 2017, foi aprovado a distribuição dos dividendos no valor de R\$108.000 (R\$254,33 para ações ordinárias e R\$279,76 para ações preferenciais, em reais por ação) com base na Reserva de Reforço de Capital de Giro. O pagamento foi efetuado em 21 de julho de 2017.

Na AGE de 28 de abril de 2017, foi aprovado a distribuição de dividendos com base na Reserva para Reforço do Capital de Giro no montante de R\$210.000 (R\$494,53 para ações ordinárias e R\$543,98 para ações preferenciais, em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 2 e 4 de maio de 2017.

Na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") de 29 de janeiro de 2016, foi aprovado a incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI CFI) pelo Banco RCI Brasil, nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil pelo Banco RCI Brasil S.A.", celebrado nessa mesma data.

A incorporação reversa resultou na extinção da RCI CFI e no aumento de capital do Banco RCI Brasil, no valor de R\$537.073 mediante a emissão de 160 mil novas ações nominativas (39 mil ações ordinárias e 121 mil ações preferenciais), passando o capital social de R\$448.152 para R\$985.225. As atuais 244 mil ações do capital social do Banco RCI Brasil detidas pela RCI CFI e as novas ações emitidas foram atribuídas aos seus atuais acionistas na mesma proporção de sua atual participação.

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido atingiu R\$1.080 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando retração de 18,6% em relação a R\$1.328 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa redução ocorreu, principalmente, em função dos destaques de dividendos e juros sobre o capital próprio (conforme Nota Explicativa 18.b). Em 31 de dezembro de 2017, o lucro líquido apresentado no exercício foi de R\$186,2 milhões (31/12/2016 - R\$79,2 milhões).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2017, os ativos totais atingiram R\$10.310 milhões e estão representados, principalmente, pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante de R\$8.841 milhões, os quais, reduzidos do valor residual garantido das operações de arrendamento mercantil registrado no passivo, no valor de R\$1.244 milhões, representam uma carteira líquida de R\$7.597 milhões.

BANCO RCI BRASIL S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2017, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas, principalmente, por: depósitos interfinanceiros no montante de R\$1.890 milhões, recursos de aceites cambiais em R\$1.177 milhões e letras financeiras em R\$3.242 milhões.

Conjuntura Econômica

O Banco RCI Brasil enxerga 2018 como um ano de grande oportunidade para o Brasil. O país está experimentando um momento importante em termos de condições macroeconômicas. Fundamentos relacionados a contas externas, inflação e taxas de juros raramente foram tão benignos na história da economia brasileira. A única significativa desvantagem, na opinião do Banco RCI Brasil, consiste no desequilíbrio fiscal. Assim, o Banco RCI Brasil vislumbra um amplo espaço para crescimento econômico acima do potencial em 2018 e 2019, e sem pressão inflacionária oriunda da demanda interna, em função da ociosidade ainda elevada no cenário local.

No que diz respeito aos principais indicadores econômicos, o Banco RCI Brasil destaca o crescimento de 1,4% do PIB brasileiro no terceiro trimestre de 2017, na comparação com o mesmo período de 2016. A melhora da atividade doméstica vem se mostrando cada vez mais disseminada entre os setores, impulsionada pelos efeitos da flexibilização monetária (reduções nas taxas de juros) e recuperação, ainda que moderada, do mercado de trabalho. Desse modo, o Banco RCI Brasil espera um crescimento real do PIB de 1,1% em 2017 (os dados do fechamento do ano passado serão publicados em 1 de março) e 3,2% em 2018 e 2019, números mais otimistas que o consenso de mercado, atualmente em 1,0%, 2,8% e 3,0%, nessa ordem. Além disso, a inflação continua controlada, tendo consolidado uma situação inédita em 2017: não apenas o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo (medida oficial de inflação) - encerrou o ano abaixo do centro da meta (4,5%), como ficou abaixo do piso do intervalo de tolerância (3,0%) pela primeira vez na história, ao terminar o ano de 2017 com alta de 2,95%. Alguns fatores contribuíram para este resultado: de um lado, os bem-sucedidos esforços do Bacen e da equipe econômica, que permitiram que a política monetária ganhasse credibilidade e eficiência ao longo do último ano e meio; de outro, uma contribuição de fatores que não estavam sob controle da autoridade monetária, tais como a forte expansão da safra agrícola, que gerou uma deflação de alimentos (4,9%) em 2017. Para 2018, o Banco RCI Brasil projeta aumento de 3,5% no IPCA, pois acredita que tal indicador e suas principais medidas de núcleo permanecerão confortavelmente abaixo da meta de inflação em 2018 e 2019, como reflexo da (i) ainda elevada ociosidade da economia; (ii) fraca inércia; e (iii) grande credibilidade da autoridade monetária.

Na visão do Banco RCI Brasil, essa situação bastante favorável da inflação abre caminho para que o Copom - Comitê de Política Monetária - reduza a taxa Selic para 6,50% a.a. (a menor taxa de juros dos últimos 60 anos) em sua próxima reunião, a ser realizada nos dias 20 e 21 de março, mantendo tal patamar até meados de 2019. Vale lembrar que o Copom procedeu conforme amplamente esperado na primeira decisão de política monetária de 2018 (ocorrida nos dias 6 e 7 de fevereiro), com corte da taxa básica de juros em 25 pontos-base, de 7,00% a.a. para 6,75% a.a.

Os baixos níveis de juros devem promover uma expansão acelerada da demanda doméstica em 2018, impulsionada tanto pelo aumento do consumo das famílias (em maior magnitude) quanto pela retomada dos investimentos. Enquanto isso, a curva de juros provavelmente seguirá inclinada, tendo em vista não apenas a natureza cíclica da política econômica, mas também as incertezas quanto às taxas de juros internacionais e eleições locais este ano (e seus efeitos sobre as reformas e a solvência fiscal). Nesse sentido, o Banco RCI Brasil acredita que, assim como a parte longa da curva de juros, a taxa de câmbio também deverá refletir a mudança de percepção sobre os cenários internacional e político; mas, volatilidade à parte, o Banco RCI Brasil projeta somente uma leve depreciação do câmbio nos próximos trimestres (a previsão do Banco RCI é de R\$/US\$3,50 no final de 2018).

Outra notícia importante é que a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro aparentemente frustrou definitivamente a nova tentativa do governo brasileiro de aprovar a reforma da previdência. O governo já havia concordado em flexibilizar algumas condições presentes na proposta original, assim como deixar alguns aspectos para discussões posteriores; contudo, a dificuldade para conseguir os votos, e a impossibilidade de emendar a constituição em períodos de intervenção federal, tiraram a reforma da pauta. Apesar da postergação, avaliamos como fundamental a volta da reforma da previdência na pauta política em 2019, uma vez que na ausência da reforma, o déficit da previdência tenderia a consumir um percentual cada vez maior do orçamento, extraindo recursos de setores importantes como saúde, educação e infraestrutura. Em paralelo, o governo propôs um pacote de reformas microeconômicas, a saber: alteração de regra do cadastro positivo; autonomia do Banco Central; reforma do PIS/Cofins; duplicata eletrônica; entre outras.

BANCO RCI BRASIL S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Por fim, as eleições presidenciais a serem realizadas este ano serão importantes para a discussão sobre a continuidade (ou não) de uma agenda econômica com foco em ajuste das contas fiscais e aprovação de reformas estruturais e, portanto, sobre a construção de um ambiente macroeconômico com crescimento sustentável a longo prazo.

Outras Informações

A política de atuação do Banco RCI Brasil na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander (Nota 26.a).

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco RCI Brasil informa que no exercício findo de 31 de dezembro de 2017, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras.

Ademais, o Banco RCI Brasil confirma que a KPMG Auditores Independentes dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Agradecimentos

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2018.
O Conselho de Administração
A Diretoria

BANCO RCI BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo Circulante		5.053.242	4.658.503
Disponibilidades	4	5.765	23.610
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	42.011	17.011
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		42.011	17.011
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		526.998	523.376
Carteira Própria	5.a	526.998	497.183
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	-	26.193
Relações Interfinanceiras	6	316.365	282.437
Depósitos no Banco Central		316.365	282.437
Operações de Crédito		3.996.723	3.641.039
Setor Privado	8.c	3.658.070	3.241.236
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.c	441.630	476.180
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.e	(102.977)	(76.377)
Operações de Arrendamento Mercantil		(3.216)	(1.832)
Setor Privado	8.a	123.668	138.799
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	8.a	(120.081)	(135.379)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.e	(6.803)	(5.252)
Outros Créditos		136.459	128.870
Créditos Tributários	9.a	90.148	76.986
Rendas a Receber	19.d	3.974	1.022
Diversos	10	42.337	50.862
Outros Valores e Bens		32.137	43.992
Outros Valores e Bens		729	924
(Provisões para Desvalorizações)		(12)	(12)
Despesas Antecipadas		31.420	43.080
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.313.492	3.167.555
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		111.921	124.752
Carteira Própria	5.a	111.921	124.490
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	-	262
Operações de Crédito		2.743.969	2.597.439
Setor Privado	8.c	2.565.663	2.313.280
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.c	222.974	374.045
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.e	(44.668)	(89.886)
Operações de Arrendamento Mercantil		3.771	3.824
Arrendamentos a Receber:			
Setor Privado	8.a	178.279	215.719
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	8.a	(169.603)	(204.590)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.e	(4.905)	(7.305)
Outros Créditos		442.661	433.336
Créditos Tributários	9.a	261.829	260.894
Diversos	10	180.832	172.442
Outros Valores e Bens		11.170	8.204
Despesas Antecipadas		11.170	8.204
Permanente		1.943.279	2.204.732
Imobilizado de Uso	11	1.612	1.835
Outras Imobilizações de Uso		3.212	3.166
(Depreciações Acumuladas)		(1.600)	(1.331)
Imobilizado de Arrendamento	12	1.940.007	2.200.634
Bens Arrendados		1.877.323	2.129.268
Superveniência de Depreciação		822.031	962.015
(Depreciações Acumuladas)		(759.347)	(890.649)
Intangível	13	1.660	2.263
Outros Ativos Intangíveis		5.648	5.588
(Amortizações Acumuladas)		(3.988)	(3.325)
Total do Ativo		10.310.013	10.030.790

BANCO RCI BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo Circulante		4.010.155	4.184.214
Depósitos		1.169.736	1.042.315
Depósitos à Vista		3.807	2.666
Depósitos Interfinanceiros	14.a	1.165.929	1.039.649
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.b	1.633.147	1.798.191
Recursos de Aceites Cambiais		639.835	553.811
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		993.312	1.244.380
Outras Obrigações		1.207.272	1.343.708
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		3.464	2.957
Sociais e Estatutárias		32.104	83.563
Fiscais e Previdenciárias	15	34.610	13.935
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	106.875	39.833
Diversas	16	1.030.219	1.203.420
Passivo Exigível a Longo Prazo		5.219.587	4.519.048
Depósitos		724.068	301.195
Depósitos Interfinanceiros	14.a	724.068	301.195
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.b	2.785.998	2.292.436
Recursos de Aceites Cambiais		537.344	536.444
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		2.248.654	1.755.992
Outras Obrigações		1.709.521	1.925.417
Fiscais e Previdenciárias	15	205.771	241.227
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	102.397	68.175
Diversas	16	1.401.353	1.616.015
Resultados de Exercícios Futuros		1	4
Resultados de Exercícios Futuros		1	4
Patrimônio Líquido	18	1.080.270	1.327.524
Capital Social:		985.225	985.225
De Domiciliados no País		393.015	393.015
De Domiciliados no Exterior		592.210	592.210
Reservas de Lucros		135.716	347.560
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(40.671)	(5.261)
Total do Passivo		10.310.013	10.030.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Receitas da Intermediação Financeira		849.283	1.774.463	1.905.386
Operações de Crédito		548.356	1.096.065	1.145.519
Operações de Arrendamento Mercantil		312.616	652.484	814.954
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		45.835	94.667	77.282
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	(69.194)	(96.716)	(168.738)
Resultado das Aplicações Compulsórias		11.670	27.963	36.369
Despesas da Intermediação Financeira		(620.734)	(1.328.761)	(1.730.812)
Operações de Captação no Mercado		(243.683)	(555.771)	(814.170)
Operações de Arrendamento Mercantil		(271.220)	(564.281)	(720.743)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(105.831)	(208.709)	(195.899)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		228.549	445.702	174.574
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(96.308)	(185.677)	(121.791)
Receitas de Prestação de Serviços		4.080	8.051	8.271
Rendas de Tarifas Bancárias	20	35.922	65.019	57.126
Despesas de Pessoal		(15.984)	(31.795)	(29.019)
Outras Despesas Administrativas	21	(91.067)	(163.134)	(119.528)
Despesas Tributárias		(11.868)	(19.951)	(11.901)
Outras Receitas Operacionais	22	22.785	46.854	53.076
Outras Despesas Operacionais	23	(40.176)	(90.721)	(79.816)
Resultado Operacional		132.241	260.025	52.783
Resultado não Operacional	24	15.316	27.827	29.669
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		147.557	287.852	82.452
Imposto de Renda e Contribuição Social	25	(38.776)	(98.198)	(2.145)
Provisão para Imposto de Renda		(17.305)	(32.861)	22.976
Provisão para Contribuição Social		(13.627)	(50.386)	(13.323)
Ativo Fiscal Diferido		(7.844)	(14.951)	(11.798)
Participação dos Empregados no Lucro		(1.324)	(3.498)	(1.084)
Lucro Líquido		107.457	186.156	79.223
Juros sobre o Capital Próprio	18.b	(80.000)	(80.000)	(97.828)
Nº de Ações (Mil)	18.a	404	404	404
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		265.983	460.782	196.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		448.152	24.845	341.320	-	-	814.317
Aumento de Capital	2	537.073	-	-	-	-	537.073
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	(5.261)	-	(5.261)
Lucro Líquido		-	-	-	-	79.223	79.223
Destinações:							
Reserva Legal	18.d	-	3.961	-	-	(3.961)	-
Juros sobre o Capital Próprio	18.b	-	-	(22.566)	-	(75.262)	(97.828)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		985.225	28.806	318.754	(5.261)	-	1.327.524
Mutações no Exercício		537.073	3.961	(22.566)	(5.261)	-	513.207
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		985.225	28.806	318.754	(5.261)	-	1.327.524
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	(35.410)	-	(35.410)
Dividendos com base na Reserva Estatutária	18.b	-	-	(318.000)	-	-	(318.000)
Lucro Líquido		-	-	-	-	186.156	186.156
Destinações:							
Reserva Legal	18.d	-	9.308	-	-	(9.308)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	18.b	-	-	-	-	(80.000)	(80.000)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	18.c	-	-	96.848	-	(96.848)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		985.225	38.114	97.602	(40.671)	-	1.080.270
Mutações no Exercício		-	9.308	(221.152)	(35.410)	-	(247.254)
Saldos em 30 de Junho de 2017		985.225	32.741	183.518	(32.470)	-	1.169.014
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	(8.201)	-	(8.201)
Dividendos com base na Reserva Estatutária	18.b	-	-	(108.000)	-	-	(108.000)
Lucro Líquido		-	-	-	-	107.457	107.457
Destinações:							
Reserva Legal	18.d	-	5.373	-	-	(5.373)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	18.b	-	-	-	-	(80.000)	(80.000)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	18.c	-	-	22.084	-	(22.084)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		985.225	38.114	97.602	(40.671)	-	1.080.270
Mutações no Período		-	5.373	(85.916)	(8.201)	-	(88.744)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016 Ajustado
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido		107.457	186.156	79.223
Ajustes ao Lucro Líquido		367.162	763.832	822.117
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	105.831	208.709	195.899
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(11.151)	(20.802)	(98.374)
Depreciações e Amortizações		510	1.014	910
Provisão (Reversão) de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	17.c	8.089	27.524	22.484
Atualização de Depósitos Judiciais	22	(5.593)	(12.824)	(14.610)
Atualização de Impostos a Compensar	22	(1.744)	(4.015)	(4.935)
Insuficiência de Depreciação ⁽¹⁾	12	64.854	139.984	236.974
Depreciação de Bens Arrendados ⁽¹⁾	12	206.366	424.297	483.769
Dividendos Prescritos	24	-	(55)	-
Variações em Ativos e Passivos		(512.503)	(413.688)	(100.797)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(136.601)	45.351	(203.062)
Aumento em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil ⁽¹⁾		(1.076.323)	(1.195.796)	(36.815)
Aumento em Depósitos no Banco Central		(28.989)	(33.928)	(17.953)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(1.366)	15.185	93.824
Redução em Outros Valores e Bens		719	8.694	33.395
(Redução) Aumento em Depósitos		731.891	550.295	(678.162)
Aumento em Outras Obrigações		49.230	300.221	823.035
(Redução) Aumento em Resultados de Exercícios Futuros		1	(3)	(1)
Impostos sobre o Lucro Pagos		(51.065)	(103.707)	(115.058)
Caixa Líquido (Aplicado) Originado em Atividades Operacionais		(37.884)	536.300	800.543
Atividades de Investimento				
Aquisição de Imobilizado de Uso		(5)	(127)	(267)
Alienação de Imobilizado de Uso		-	-	5
Aplicações no Intangível		233	(60)	(307)
Caixa Líquido (Aplicado) Originado em Atividades de Investimento		228	(187)	(569)
Atividades de Financiamento				
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		1.678.540	2.724.824	2.267.190
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(1.649.685)	(2.815.228)	(3.173.588)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	18.b	(145.400)	(438.554)	(54.354)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento		(116.545)	(528.958)	(960.752)
Aumento Líquido (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(154.201)	7.155	(160.778)
Caixa e Equivalentes de Caixa Advindo de Incorporação de Sociedade	2	-	-	32.040
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período/Exercício	4	201.977	40.621	169.359
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	47.776	47.776	40.621

(1) As rubricas de 2016 foram ajustadas retrospectivamente para refletir os impactos descritos na Nota Explicativa 2.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2017		01/01 a 31/12/2016	
Receitas da Intermediação Financeira		1.774.463		1.905.386	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas					
Bancárias		73.070		65.397	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(208.709)		(195.899)	
Outras Receitas (Despesas)		(16.040)		2.929	
Despesas da Intermediação Financeira		(1.120.052)		(1.534.913)	
Insumos de Terceiros		(161.482)		(118.032)	
Serviços de Terceiros		(50.442)		(41.674)	
Outros		(111.040)		(76.358)	
Valor Adicionado Bruto		341.250		124.868	
Retenções:					
Depreciações e Amortizações		(1.014)		(910)	
Valor Adicionado Bruto a Distribuir		340.236		123.958	
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal		30.361	8,9%	25.603	20,7%
Remuneração		21.974		17.841	
Benefícios		4.594		4.382	
FGTS		1.852		1.667	
Outras		1.941		1.713	
Impostos, Taxas e Contribuições		123.081	36,2%	18.548	15,0%
Federais		115.984		11.355	
Municipais		7.097		7.193	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		638	0,2%	584	0,5%
Remuneração de Capitais Próprios		186.156	54,7%	79.223	63,8%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		80.000		97.828	
Reinvestimentos de Lucros		106.156		(18.605)	
Total		340.236	100,0%	123.958	100,0%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO RCI BRASIL S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, tais como provisões para processos judiciais, valor justo de certos instrumentos financeiros e realização de créditos tributários. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 na reunião realizada em 27 de fevereiro de 2018.

A Administração do Banco RCI Brasil decidiu segregar nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa em duas linhas destacadas a "Insuficiência de Depreciação" no montante de R\$236.974 e a "Depreciação de Bens Arrendados" R\$483.769 e os impactos reflexos no fluxo de caixa líquido das atividades operacionais - Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil. Consequentemente as correspondentes cifras foram reclassificadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 com o objetivo de melhor apresentação desta peça contábil para fins de comparabilidade.

Na AGE de 29 de janeiro de 2016, foi aprovado a incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI CFI) pelo Banco RCI Brasil, nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil pelo Banco RCI Brasil S.A." celebrado nessa mesma data.

A incorporação reversa da RCI CFI, anteriormente controladora integral do Banco RCI Brasil, resultou na sua extinção e foi sucedida pelo Banco RCI Brasil em todos os seus bens, direitos e obrigações. Na incorporação, foi aumentado o capital social do Banco RCI Brasil no valor de R\$537.073, mediante a emissão de 160 mil novas ações nominativas (39 mil ações ordinárias e 121 mil ações preferenciais), passando o capital social de R\$448.152 para R\$985.225. As atuais 244 mil ações do capital social do Banco RCI Brasil detidas pela RCI CFI e as novas ações emitidas foram atribuídas aos seus acionistas na mesma proporção da participação que detinham na RCI CFI.

A incorporação teve por base os valores contábeis da RCI CFI na data-base de 31 de dezembro de 2015, conforme laudo de avaliação resumido a seguir:

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	8.115.007
Disponibilidades	32.040
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	369.066
Relações Interfinanceiras	264.484
Operações de Crédito	7.013.151
Outros Créditos	361.649
Outros Valores e Bens	74.617
Permanente	818.753
Investimentos	814.317
Imobilizado de Uso e Intangível	4.436
Total do Ativo	8.933.760
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	7.582.365
Depósitos	2.022.538
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4.397.052
Outras Obrigações	1.162.775
Resultado de Exercícios Futuros	5
Total do Passivo	7.582.370
Patrimônio Líquido	1.351.390
(-) Investimentos	(814.317)
Acervo Líquido Incorporado	537.073

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

- (1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do exercício, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

BANCO RCI BRASIL S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do exercício.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do exercício.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no exercício; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

h) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

A carteira de créditos inclui operações de crédito e operações de arrendamentos mercantil e é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O Banco RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito e de arrendamento de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito e de arrendamento baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para operações de crédito e de arrendamento são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

i.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme a seguir:

BANCO RCI BRASIL S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor;
- b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e
- c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devem ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos sobre as comissões pagas até dezembro de 2014.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deve ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

O Banco RCI Brasil optou pela não aplicação temporal dos procedimentos contábeis referenciados pela Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014. Neste sentido e com base no contido na Resolução 4.294 e Circular 3.693, as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito e arrendamento mercantil foram integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

j.2) Imobilizado de Arrendamento

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

j.3) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciais.

j.4) Insuficiência/Superveniência de Depreciação

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários, respectivamente.

j.5) Perdas em Arrendamentos a Amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica "bens arrendados".

k) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais-Fiscais e Previdenciárias

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as ações judiciais cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 17.f) e para as ações judiciais cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco RCI Brasil, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

l) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (15% até agosto de 2015) e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização foi elevada de 15% para 20 % para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 9.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

n) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades	5.765	23.610	6.175
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	42.011	17.011	163.184
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	42.011	17.011	163.184
Total	47.776	40.621	169.359

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
a) Resumo da Carteira por Categorias

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	638.944	(25)	638.919	621.673
Títulos Públicos	257.572	(25)	257.547	255.906
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	257.572	(25)	257.547	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	255.906
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento ⁽³⁾	381.372	-	381.372	365.767
Cotas - Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos				
Creditórios (FIDC Venda de Veículos) ⁽¹⁾	269.451	-	269.451	241.277
Cotas - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RCI Brasil I				
- Financiamento de Veículos (FIDC RCI Brasil I) ⁽²⁾	34.126	-	34.126	74.715
Cotas - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil -				
Financiamento de Veículos (FIDC RN Brasil) ⁽²⁾	77.795	-	77.795	49.775
Total	638.944	(25)	638.919	621.673
Circulante			526.998	497.183
Longo prazo			111.921	124.490

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Abertura por Vencimento

	Sem Vencimento	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Disponíveis para Venda	269.451	257.547	34.126	77.795	638.919
Títulos Públicos	-	257.547	-	-	257.547
LFT	-	257.547	-	-	257.547
Títulos Privados	269.451	-	34.126	77.795	381.372
FIDC Venda de Veículos ⁽¹⁾	269.451	-	-	-	269.451
FIDC RCI Brasil I ⁽²⁾	-	-	34.126	-	34.126
FIDC RN Brasil ⁽²⁾	-	-	-	77.795	77.795
Total	269.451	257.547	34.126	77.795	638.919

(1) Referem-se a cotas Sênior e Subordinadas.

(2) Referem-se a cotas Subordinadas.

(3) As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios contemplam os efeitos de harmonização com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes à avaliação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Para a abertura por vencimento da LFT e dos FIDC's foi utilizado o critério de vencimento dos títulos e dos FIDC's, respectivamente.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco RCI nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco RCI tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
I) "Swap" - Negociação						
Ativo	383.689	383.689	384.994	2.880.782	2.680.378	2.890.889
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	383.689	383.689	384.994	2.780.598	2.680.378	2.790.424
Taxa de Juros Pré - Reais	-	-	-	100.184	-	100.465
Passivo	(403.312)	(403.312)	(420.776)	2.872.201	(2.671.797)	(2.922.284)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	-	-	-	100.220	-	(100.203)
Taxa de Juros Pré - Reais	(403.312)	(403.312)	(420.776)	2.771.981	(2.671.797)	(2.822.081)
"Swap" - Negociação	(19.623)	(19.623)	(35.782)	5.752.983	8.581	(31.395)
II) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"						
Ativo	3.748.544	3.748.544	3.767.446	2.550.113	2.550.113	2.588.504
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	3.748.544	3.748.544	3.767.446	2.550.113	2.550.113	2.588.504
Passivo	(3.809.809)	(3.809.809)	(3.940.936)	(2.550.077)	(2.550.077)	(2.638.662)
Taxa de Juros Pré - Reais	(3.809.809)	(3.809.809)	(3.940.936)	(2.550.077)	(2.550.077)	(2.638.662)
"Hedge" de Fluxo de Caixa	(61.265)	(61.265)	(173.490)	36	36	(50.158)
Total Diferencial a Receber			-			26.455
Circulante			-			26.193
Longo prazo			-			262
Total Diferencial a Pagar			(209.272)			(108.008)
Circulante			(106.875)			(39.833)
Longo prazo			(102.397)			(68.175)

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

III) Objeto de "Hedge" - Valor da Curva	31/12/2017	31/12/2016
Passivo	(4.130.347)	(2.890.500)
Depósitos (Nota 14.a)	(333.343)	(547.556)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI) ⁽¹⁾	(333.343)	(547.556)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 14.b)	(3.797.004)	(2.342.944)
Letras de Câmbio - LC ⁽¹⁾	(763.103)	(573.596)
Letras Financeiras - LF ⁽¹⁾	(3.033.901)	(1.769.348)

(1) São operações com vencimentos entre janeiro de 2018 e dezembro de 2020 (31/12/2016 - operações com vencimento entre maio de 2017 a novembro de 2019), cujos objetos de "hedge" são captações com operações de certificado de depósitos interfinanceiros - CDI, letras de câmbio - LC e letras financeiras - LF.

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco RCI consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos.

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

				Valor Referencial	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2017	31/12/2016
"Swap"	65.191	251.719	66.779	383.689	2.880.782
Operações de Hedge	630.782	1.004.140	2.113.622	3.748.544	2.550.113
Total	695.973	1.255.859	2.180.401	4.132.233	5.430.895

Foram reconhecidas despesas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$96.716 no exercício (31/12/2016 - R\$168.738) e, no montante de R\$69.194 no semestre (31/12/2016 - R\$24.614). O ajuste ao valor de mercado da operação de "hedge" de fluxo de caixa no montante de R\$71.930 está registrado no patrimônio líquido.

6. Relações Interfinanceiras

O montante de R\$316.365 (31/12/2016 - R\$282.437) da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

7. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência: (i) informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e (ii) Curva Cupom IPCA: utilizado as taxas de swaps da B3 e após 1 ano as *Yields* de NTN-B conforme divulgado pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e também são subtraídas dessas *Yields* o valor do spread de NTN-B versus DAP (Contrato Futuro de Cupom de IPCA).

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira. Em 31 de dezembro de 2017 não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira "Banking"		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Fatores de Risco	Descrição			
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(562)	(10.676)	(20.817)
Total ⁽¹⁾		(562)	(10.676)	(20.817)

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

Cenário 1: uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros.

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

8. Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

a) Carteira de Arrendamento

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	915.909	1.037.087
Arrendamentos a Receber	301.947	354.518
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	613.962	682.569
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(289.684)	(339.969)
Valores Residuais a Balancear	(613.962)	(682.569)
Outros Valores e Bens	717	912
Imobilizado de Arrendamento (Nota 12)	1.940.007	2.200.634
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 16)	(1.244.095)	(1.426.947)
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente	708.892	789.148
Circulante	348.995	381.289
Longo Prazo	359.897	407.859

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$207.017 (31/12/2016 - R\$247.939).

b) Carteira de Arrendamento por Vencimento

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil		
Vencidas	4.689	11.054
A Vencer:		
Até 1 Ano	383.670	417.965
De 1 a 5 Anos	525.622	603.942
Acima de 5 Anos	1.928	4.126
Total	915.909	1.037.087
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Carteira de Arrendamento a Valor Presente		
Vencidas	3.592	8.458
A Vencer:		
Até 1 Ano	348.995	381.289
De 1 a 5 Anos	355.504	397.939
Acima de 5 Anos	801	1.462
Total	708.892	789.148

c) Carteira de Créditos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Operações de Crédito:		
Financiamentos - Floorplan	1.302.312	1.100.285
Financiamentos - CDC Veículos	4.921.421	4.454.231
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	664.604	850.225
Total	6.888.337	6.404.741
Circulante	4.099.700	3.717.416
Longo Prazo	2.788.637	2.687.325

Carteira por Vencimento - Operações de Crédito

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Vencidas	54.678	57.954
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.882.836	1.705.935
De 3 a 12 Meses	2.216.864	2.011.481
De 1 a 5 Anos	2.730.988	2.622.581
Acima de 5 Anos	2.971	6.790
Total	6.888.337	6.404.741

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

No exercício de 2017, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação para os Fundos de Investimentos (FIDC's), referente a financiamento de veículos no montante de R\$534.657 (31/12/2016 - R\$798.378 e incorporação de R\$837.270 - Nota 2). Em 31 de dezembro de 2017 o valor presente das operações cedidas é de R\$452.628 (31/12/2016 - R\$850.225).

d) Carteira de Crédito e Arrendamento por Setor de Atividades

	31/12/2017	31/12/2016
Setor Privado		
Indústria	53.665	48.214
Comércio	1.411.762	1.216.737
Instituições Financeiras	1.064	323
Serviços e Outros	360.088	258.383
Pessoas Físicas	5.770.010	5.669.883
Agricultura	640	349
Total	7.597.229	7.193.889

e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	226.823	-	226.823	-	-	-
A	0,5%	6.052.195	-	6.052.195	30.261	20.764	51.025
B	1%	659.027	161.795	820.822	8.208	-	8.208
C	3%	180.026	114.784	294.810	8.844	-	8.844
D	10%	32.282	31.112	63.394	6.339	-	6.339
E	30%	45.249	17.741	62.990	18.897	-	18.897
F	50%	268	13.627	13.895	6.948	-	6.948
G	70%	59	10.635	10.694	7.486	-	7.486
H	100%	289	51.317	51.606	51.606	-	51.606
Total		7.196.218	401.011	7.597.229	138.589	20.764	159.353

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	94.716	-	94.716	-	-	-
A	0,5%	5.718.167	-	5.718.167	28.591	20.764	49.355
B	1%	649.001	182.085	831.086	8.311	-	8.311
C	3%	200.665	137.724	338.389	10.152	-	10.152
D	10%	19.467	39.571	59.038	5.904	-	5.904
E	30%	26.048	23.059	49.107	14.732	-	14.732
F	50%	710	17.148	17.858	8.929	-	8.929
G	70%	-	13.638	13.638	9.547	-	9.547
H	100%	625	71.265	71.890	71.890	-	71.890
Total		6.709.399	484.490	7.193.889	158.056	20.764	178.820

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas a mais de 14 dias.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Saldo Inicial	178.820	15.508
Constituição (Reversão)	208.709	195.899
Baixas	(228.176)	(199.174)
Incorporação (Nota 2)	-	166.587
Saldo Final	159.353	178.820
Circulante	109.780	81.629
Longo Prazo	49.573	97.191

Foram recuperados créditos no valor de R\$10.367 no semestre e R\$19.713 no exercício (31/12/2016 - R\$19.906 no semestre e R\$26.735 no exercício), registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito e de arrendamento mercantil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não houve renegociações.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

9. Créditos Tributários
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	125.136	56.259	(41.460)	139.935
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Cíveis	5.274	716	(126)	5.864
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	23.897	6.880	(2.422)	28.355
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Trabalhistas	2.720	913	(65)	3.568
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	17.672	-	(11.124)	6.548
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	1.916	-	(1.164)	752
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	17.472	26.510	-	43.982
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - Pis/Cofins	2.028	3.203	-	5.231
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.111	1.574	(1.543)	1.142
Outras Provisões Temporárias	15.476	6.544	-	22.020
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	212.702	102.599	(57.904)	257.397
Prejuízos Fiscais	125.178	-	(30.598)	94.580
Total dos Créditos Tributários ⁽¹⁾	337.880	102.599	(88.502)	351.977
Circulante	76.986			90.148
Longo Prazo	260.894			261.829

	Saldo em 31/12/2015	Incorporação	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.163	119.411	49.162	(52.600)	125.136
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos					
- Ações Cíveis	1.318	4.506	-	(550)	5.274
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	11.252	6.042	6.954	(351)	23.897
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos					
- Ações Trabalhistas	44	1.118	1.676	(118)	2.720
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	-	1.397	16.275	-	17.672
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	-	152	1.764	-	1.916
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	-	-	17.472	-	17.472
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - Pis/Cofins	-	-	2.028	-	2.028
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	-	1.961	489	(1.339)	1.111
Outras Provisões Temporárias	724	16.386	-	(1.634)	15.476
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	22.501	150.973	95.820	(56.592)	212.702
Prejuízos Fiscais	154.940	-	-	(29.762)	125.178
Total dos Créditos Tributários ⁽¹⁾	177.441	150.973	95.820	(86.354)	337.880
Circulante	13.395				76.986
Longo Prazo	164.046				260.894

(1) Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/2015, que elevou a alíquota da contribuição social para 20% até 31 de dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados de acordo com a expectativa de realização.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Banco RCI não possui créditos tributários não ativados.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	31/12/2017				Total
	IRPJ	Diferenças Temporárias		Prejuízos Fiscais	
		CSLL	PIS/Cofins		
2018	49.292	39.434	1.422	-	90.148
2019	36.429	21.857	1.422	3.472	63.180
2020	34.501	20.701	1.046	16.541	72.789
2021	19.621	11.773	1.046	21.523	53.963
2022	11.360	6.446	1.047	24.540	43.393
2023 a 2025	-	-	-	28.504	28.504
Total	151.203	100.211	5.983	94.580	351.977

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

O estudo técnico de realização dos créditos tributários foi aprovado pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 27 de fevereiro de 2018.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$296.052 (31/12/2016 - R\$281.990), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os exercícios correspondentes.

10. Outros Créditos - Diversos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	160.253	147.922
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.434	1.135
Para Interposição de Recursos Cíveis	18.975	15.899
Impostos e Contribuições a Compensar	8.085	9.198
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	30.393	43.318
Outros	4.029	5.832
Total	223.169	223.304
Circulante	42.337	50.862
Longo Prazo	180.832	172.442

11. Imobilizado de Uso

	<u>31/12/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Residual</u>	<u>Residual</u>
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	1.295	(613)	682	692
Sistemas de Segurança e Comunicações	115	(87)	28	39
Sistemas de Processamento de Dados	648	(498)	150	226
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.152	(402)	750	878
Imobilizações em Curso	2	-	2	-
Total	3.212	(1.600)	1.612	1.835

12. Imobilizado de Arrendamento

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 8.a), e tem a seguinte composição:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Veículos e Afins	1.876.591	2.128.337
Máquinas e Equipamentos	29	29
Depreciações Acumuladas	(759.347)	(890.649)
Superveniências de Depreciações	822.031	962.015
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	703	902
Total	1.940.007	2.200.634

Os bens estão compromissados para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor do Banco RCI Brasil. Foi registrado uma despesa de insuficiência de depreciação no valor de R\$139.984 (31/12/2016 - R\$236.974), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Bacen 1.429/1989.

13. Intangível

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo no valor de R\$5.648 (31/12/2016 - R\$5.588) como custo de aquisição e R\$3.988 (31/12/2016 - R\$3.325) de amortização acumulada.

14. Captação de Recursos
a) Depósitos

	<u>31/12/2017</u>			<u>31/12/2016</u>	
	<u>Até 3 Meses</u>	<u>De 3 a 12 Meses</u>	<u>Acima de 12 Meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	605.782	560.147	724.068	1.889.997	1.340.844
Total	605.782	560.147	724.068	1.889.997	1.340.844
Circulante				1.165.929	1.039.649
Longo Prazo				724.068	301.195

(1) Inclui o valor de R\$333.343 (31/12/2016 - R\$ 547.556) de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI objeto de "hedge" fluxo de caixa (Nota 5.c.III).

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
	<u>Até 3 Meses</u>	<u>De 3 a 12 Meses</u>	<u>Acima de 12 Meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Recursos de Aceites Cambiais ^{(1) (3)}	273.212	366.623	537.344	1.177.179	1.090.255
Letras Financeiras ^{(2) (4)}	51.248	942.064	2.248.654	3.241.966	3.000.372
Total	324.460	1.308.687	2.785.998	4.419.145	4.090.627
Circulante				1.633.147	1.798.191
Longo Prazo				2.785.998	2.292.436

(1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas de 90% a 101% do CDI (31/12/2016 - 100% a 104% do CDI).

(2) As principais características das Letras Financeiras são: prazo mínimo de dois anos e valor nominal de R\$3.157. Possuem data de emissão entre janeiro de 2015 e dezembro de 2017 e possuem prazo de vencimento até entre janeiro de 2018 e dezembro de 2020.

(3) Em 31 de dezembro de 2017, incluí o valor de R\$763.103 (31/12/2016 - R\$573.596) de Letras de Câmbio - LC, objeto de "hedge" fluxo de caixa (Nota 5.c.III).

(4) Em 31 de dezembro de 2017, incluí o valor de R\$3.033.901 (31/12/2016 - R\$1.769.348) de Letras Financeiras - LF, objeto de "hedge" fluxo de caixa (Nota 5.c.III).

15. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão para Tributos Diferidos (Nota 15.a)	205.796	241.930
Impostos e Contribuições a Pagar	34.585	13.232
Total	240.381	255.162
Circulante	34.610	13.935
Longo Prazo	205.771	241.227

a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	<u>Saldo em 31/12/2016</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo em 31/12/2017</u>
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	391	(391)	-
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - PIS/Cofins	43	(43)	-
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	889	(789)	100
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - Pis/Cofins	103	(91)	12
Superveniência de Arrendamento Mercantil	240.504	(34.820)	205.684
Total	241.930	(36.134)	205.796

	<u>Saldo em 31/12/2015</u>	<u>Incorporação</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo em 31/12/2016</u>
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	-	53.000	-	(52.609)	391
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	-	5.744	-	(5.701)	43
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	-	-	889	-	889
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - Pis/Cofins	-	-	103	-	103
Superveniência de Arrendamento Mercantil	299.747	-	-	(59.243)	240.504
Comissões Diferidas	48	36	-	(84)	-
Total	299.795	58.780	992	(117.637)	241.930

b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

<u>Ano</u>	<u>Diferenças Temporárias</u>			<u>31/12/2017</u>
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>Pis/Cofins</u>	<u>Total</u>
2018	12	10	2	24
2019	12	7	2	21
2020	41.149	7	2	41.158
2021	41.149	7	3	41.159
2022	41.149	8	3	41.160
2023 a 2025	82.274	-	-	82.274
Total	205.745	39	12	205.796

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

16. Outras Obrigações - Diversas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 8.a)	1.244.095	1.426.947
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 17.b)	23.010	19.035
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais ⁽¹⁾ (Nota 17.b)	123.996	110.798
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros	321.241	399.469
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Créditos (Nota 19.d)	595.918	781.318
Outras	123.312	81.868
Total	2.431.572	2.819.435
Circulante	1.030.219	1.203.420
Longo Prazo	1.401.353	1.616.015

(1) Conforme Carta-Circular 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Fiscais e Previdenciárias" para "Outras obrigações - Diversas", para o exercício atual e comparativo.

17. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciários
a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 16)	123.996	110.798
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 16)	23.010	19.035
Ações Trabalhistas	8.704	6.476
Ações Cíveis	14.306	12.559
Total	147.006	129.833

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	<u>01/01 a 31/12/2017</u>		
	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>
Saldo Inicial	110.798	6.476	12.559
Constituição Líquida de Reversão e Atualizações Monetárias ⁽¹⁾	16.233	2.228	9.063
Pagamentos	(3.035)	-	(7.316)
Saldo Final	123.996	8.704	14.306
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	160.253	1.434	18.975

	<u>01/01 a 31/12/2016</u>		
	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>
Saldo Inicial	32.550	102	3.066
Constituição Líquida de Reversão e Atualizações Monetárias ⁽¹⁾	11.888	3.888	6.726
Pagamentos	(326)	-	(7.246)
Incorporação	66.686	2.486	10.013
Saldo Final	110.798	6.476	12.559
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	147.922	1.135	-

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

PIS e Cofins - R\$13.187 (31/12/2016 - R\$12.468): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$104.168 (31/12/2016 - R\$97.224): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco RCI Brasil possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível no montante aproximado de R\$49.486 para ações cíveis, R\$4.262 para ações trabalhistas e R\$41.858 para ações fiscais. A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "b", "c" e "d".

18. Patrimônio Líquido
a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o capital social no valor de R\$985.225 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
Total	202.512	201.941	404.453

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

	Em Milhares de Reais			31/12/2017			
	Bruto	IRRF	Líquido	Reais por Ação			
				Bruto		Líquido	
				Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos ^{(1) (5)}	210.000	-	210.000	494,53	543,98	494,53	543,98
Dividendos ^{(2) (5)}	108.000	-	108.000	254,33	279,76	254,33	279,76
Juros sobre o Capital Próprio ⁽²⁾	44.000	6.600	37.400	103,62	113,98	88,07	96,88
Juros sobre o Capital Próprio ⁽³⁾	36.000	5.400	30.600	84,78	93,25	72,06	79,27
Total	398.000	12.000	386.000				

	Em Milhares de Reais			31/12/2016			
	Bruto	IRRF	Líquido	Reais por Ação			
				Bruto		Líquido	
				Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Juros sobre o Capital Próprio ⁽⁴⁾	97.828	14.674	83.154	230,37	253,41	195,82	215,40
Total	97.828	14.674	83.154				

(1) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2017 e pagamento efetuado em 2 e 4 de maio de 2017.

(2) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de julho de 2017 e pagamento efetuado em 21 de julho de 2017.

(3) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de dezembro de 2017 e pagamento efetuado em 20 de fevereiro de 2018.

(4) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 30 de novembro de 2016 e pagamento efetuado em 16 de janeiro e 16 de fevereiro de 2017.

(5) Deliberado com base na Reserva para Reforço de Capital de Giro.

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

BANCO RCI BRASIL S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

19. Partes Relacionadas**a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração**

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 28 de abril de 2017, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2017 foi fixado o valor máximo de R\$3.424 (2016 - R\$3.436). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco RCI e no Banco Santander.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco RCI não possui programa de remuneração de longo prazo ao pessoal-chave da Administração ou a outras partes relacionadas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Remuneração Fixa	1.530	945
Remuneração Variável	222	-
Outras	974	975
Total	2.726	1.920

Adicionalmente, no exercício findo em 31 dezembro de 2017 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$996 (31/12/2016 - R\$510).

b) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Companhia, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Companhia;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2017	31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Disponibilidades	5.412	23.508	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	5.412	23.508	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	42.011	17.011	3.026	10.959
Banco Santander ⁽³⁾	42.011	17.011	3.026	10.959
Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria	381.372	365.767	74.703	47.023
FIDC Venda de Veículos ⁽⁹⁾	269.451	241.277	28.174	31.971
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	34.126	74.715	16.305	9.529
FIDC RN Brasil ⁽⁹⁾	77.795	49.775	30.224	5.523
Operações de Crédito	671.707	858.291	77.034	79.006
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	2.269	3.335	26.930	33.069
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. ⁽⁴⁾	543	643	5.931	7.183
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	4.292	4.089	44.173	38.754
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	299.121	505.008	-	-
FIDC RN Brasil ⁽⁹⁾	365.482	345.216	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas ⁽⁶⁾⁽¹⁰⁾	34.367	44.340	302.930	350.225
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	25.173	36.117	244.049	274.682
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	9.194	8.223	58.205	75.011
FIDC Venda de Veículos ⁽⁹⁾	-	-	90	15
Administradora de Consórcio RCI Brasil ⁽⁸⁾	-	-	586	517

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2017	31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Depósitos Interfinanceiros	(1.189.751)	(589.376)	(87.381)	(114.909)
Banco Santander ⁽³⁾	(1.189.751)	(589.376)	(87.381)	(114.909)
Recursos de Aceites Cambiais	(476.249)	(472.783)	(45.853)	(52.528)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(364.267)	(395.488)	(38.057)	(49.963)
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A. ⁽⁸⁾	(90.507)	(73.606)	(6.869)	(2.507)
RCI Serviços e Participações Ltda. ⁽⁸⁾	(21.475)	(3.689)	(927)	(58)
Letras Financeiras	-	(65.723)	(490)	(25.612)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	(65.723)	(490)	(25.612)
Dividendos e Bonificações a Pagar	(30.600)	(83.154)	-	-
RCI Banque ⁽³⁾	(18.393)	(49.983)	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	(12.207)	(33.171)	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(32.926)	(20.216)	(61.042)	(47.696)
Banco Santander ⁽³⁾	-	-	(11.868)	(9.012)
RCI Banque ⁽³⁾	(5.364)	-	(5.364)	-
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ^{(1) (5)}	(2.693)	(2.729)	(17.654)	(21.586)
Isban Brasil S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(1.145)	(1.450)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(78)	(22)
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(24.869)	(17.487)	(24.933)	(15.626)
Outras Obrigações - Diversas	(595.956)	(781.374)	(1.101)	(520)
Isban Brasil S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(545)	(500)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(20)	(20)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(23)	(51)	(370)	-
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(15)	(5)	(166)	-
FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil ^{(2) (9)}	(595.918)	(781.318)	-	-

(1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.

(2) Cessão de crédito para FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil.

(3) Controladores da Companhia (RCI Banque = 60,11% e Banco Santander = 39,89%).

(4) Coligadas da controladora RCI Banque.

(5) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(6) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.

(7) Controlada - Banco Santander Espanha

(8) Controladas da controladora RCI Banque

(9) Fundos de Investimento dos quais o Banco RCI Brasil possui 100% das cotas subordinadas

(10) Valores registrados nas rubricas Rendas a Receber e Outros Créditos - Diversos.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

20. Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Tarifas de Cadastro em Operações de Crédito	58.413	52.583
Outras	6.606	4.543
Total	65.019	57.126

21. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Serviços do Sistema Financeiro	24.770	20.776
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	50.442	41.673
Propaganda e Publicidade	40.168	16.760
Convênio Operacional Aymoré Financiamentos (Nota 19.d)	17.654	21.586
Convênio Operacional RCI Banque (Nota 19.d)	5.364	-
Serviços de Processamento de Dados	10.323	7.130
Transportes e Viagens	2.385	3.516
Outras	12.028	8.087
Total	163.134	119.528

22. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Reversão de Provisões Operacionais - Outras	1.363	1.166
Atualização de Depósitos Judiciais	12.824	14.610
Atualização de Impostos a Compensar	4.015	4.935
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	2.262	3.309
Recuperação de Encargos e Despesas ⁽¹⁾	25.407	21.716
Reversão Pis/Cofins - MtM Derivativos	-	4.747
Outras	983	2.593
Total	46.854	53.076

(1) Trata-se basicamente de recuperações de encargos relacionados a carteira de crédito.

23. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	37.731	34.048
Provisões Operacionais		
Fiscais	5.677	1.246
Cíveis (Nota 17.c)	9.063	6.726
Trabalhista (Nota 17.c)	2.228	3.888
Gastos com Contratos em Atraso	12.208	13.448
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	2.277	1.068
Atualização Monetária Contingência Fiscal	10.556	13.654
Procedimentos e Custas Processuais	1.900	1.953
Outras	9.081	3.785
Total	90.721	79.816

24. Resultado não Operacional

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Resultado na Alienação de Imobilizado de Arrendamento	27.745	29.950
Ganhos (Perdas) de Capital	27	(281)
Dividendos Prescritos	55	-
Total	27.827	29.669

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	287.852	82.452
Participações no Lucro	(3.498)	(1.084)
Juros sobre o Capital Próprio	(80.000)	(97.828)
Resultado antes dos Impostos	204.354	(16.460)
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente ⁽¹⁾	(91.959)	7.407
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	4.851	5.626
CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízos Fiscais ⁽¹⁾	13.791	-
Demais Ajustes, CSLL 5%	(25.192)	(5.821)
Demais Ajustes	311	(9.357)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(98.198)	(2.145)

(1) Majoração Provisória da alíquota da CSLL, a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018

26. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

BANCO RCI BRASIL S.A.**ANEXO: DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2017</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2016</u>
Lucro Líquido	186.156	79.223
Outros Resultados Abrangentes	(35.410)	(5.261)
Ativo Financeiros Disponíveis para Venda	(226)	213
Ajuste ao valor de mercado	(411)	386
Imposto de Renda	185	(173)
Hedges de fluxo de caixa	(35.184)	(5.474)
Ajuste ao valor de mercado	(62.030)	(9.900)
Imposto de Renda	26.846	4.426
Resultado Abrangente	<u>150.746</u>	<u>73.962</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**Presidente**

Dominique Edmond Pierre Signora

Conselheiros Efetivos

Angel Santodomingo Martell
Andre de Carvalho Novaes
Géraud Henri Louis Lecerf
Marcus Alexandre Flores Manduca
Patrick Jean Michel Claude

Suplente do Presidente do Conselho

Jean-Marc Marie Bernard Saugier

Conselheiros Suplentes

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli
Conrado Engel
Frederic Schneider
Nilton Sergio Silveira Carvalho
Thomas Gregor Ilg

DIRETORIA**Diretor Presidente**

Géraud Henri Louis Lecerf

Diretor Geral

Frederic Schneider

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Diretor Administrativo Financeiro

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Diretor de Risco

Diogo Novo Cesarino

Contador

José Eduardo Fernandes - CRC SP-269858/O-6



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3544-4747, Fax +55 (41) 3544-4750
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco RCI Brasil S.A.
Curitiba - PR

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco RCI Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para Opinião com ressalva" abaixo, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco RCI Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para Opinião com ressalva

O Banco registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência e insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações contábeis nº 3|j.4. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado líquido e do patrimônio líquido, correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

KPMG Auditores Independentes, uma entidade sem fins lucrativos e firma
registrada de modo 927433 de Ser autorizada independentemente e afiliada à KPMG
International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, is Member entity and a member firm of the
KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG
International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa n.º 2, em 29 de janeiro de 2016 foi aprovado a incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil ("CFI RCI Brasil") pelo Banco RCI Brasil S.A. nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação". Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme mencionado em nota explicativa n.º 3.h, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Banco classifica suas operações (que compreendem as operações de crédito e de arrendamento mercantil), em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas definidos na regulamentação vigente, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. O Banco aplica os percentuais de perda determinados pela regulamentação a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamento do Banco, baseadas em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa do Banco, quanto às perdas da carteira. Devido à relevância das operações de crédito, às incertezas e julgamentos relacionados à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e ao impacto que eventual alteração das premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Avallamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos relevantes, manuais e automatizados, implementados pelo Banco e relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação e atualização dos níveis de risco ("ratings") das operações de crédito e de arrendamento mercantil e as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Com base em amostragem, avallamos se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela regulamentação vigente, relacionados à apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa e se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas na nota explicativa n.º 8, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o nível de provisionamento e as divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

– **Provisões e passivos contingentes fiscais**

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.k, o Banco é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas operações. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento do Banco, por meio da opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Devido a essa avaliação realizada pelo Banco envolver estimativas complexas e relevantes na mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações das Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Avallamos a determinação do risco processual das causas fiscais para assuntos e valores relevantes do Banco, por meio da avaliação dos critérios utilizados na metodologia de mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados, bem como dados e informações históricas. Analisamos também as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores, quando aplicável, as respostas de advogados circularizados, conciliação das bases analíticas dos processos fiscais com a posição contábil e confrontamos as atribuições das classificações dos riscos de perda (remoto, possível e provável) com a política do Banco. Avallamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas na nota explicativa nº 17, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o nível de provisionamento e as divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

– **Realização de ativos fiscais diferidos**

As demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários (nota explicativa nº 3.m), relativos as diferenças temporárias de provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para contingências e ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pelo Banco e aprovados em seus níveis de governança. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins, entre outros, de verificar a realização desses ativos, o Banco adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação e se o estudo atende as exigências do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil. Devido à relevância dos saldos relativos a esses ativos, por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Avallamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos relevantes, implementados pelo Banco e referentes ao processo para a determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de resultados a qual é base para a avaliação sobre a realização dos ativos fiscais diferidos. Avallamos a razoabilidade das premissas utilizadas pelo Banco, o recálculo das projeções baseadas em tais premissas e se o registro dos ativos fiscais diferidos estavam de acordo com as exigências do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avallamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos. Avallamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas na nota explicativa nº 9, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento do valor dos ativos fiscais diferidos e as divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e Internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contínuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples limitada e firm-
membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG
International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the
KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG
International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia em 31 de dezembro de 2017:

Diretor Presidente
Géraud Henri Louis Lecert

Diretor de Relações Institucionais
André de Carvalho Novaes

Diretor de Risco
Diogo Novo Cesarino

Diretor Geral
Frederic Schneider

Diretor Administrativo Financeiro
Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Curitiba, 27 de fevereiro de 2018.

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, sobre as Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia em 31 de dezembro de 2017:

Diretor Presidente
Géraud Henri Louis Lecert

Diretor de Relações Institucionais
André de Carvalho Novaes

Diretor de Risco
Diogo Novo Cesarino

Diretor Geral
Frederic Schneider

Diretor Administrativo Financeiro
Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Curitiba, 27 de fevereiro de 2018.